

Brasil volta a pagar a dívida externa em 91

8961 100 01

Mailson diz que acordo com credores é um sinal de que o País quer saldar os seus débitos

CORREIO
BRASILEIRO

CÉSAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, confirmou, ontem, ao chegar do Japão, que o governo brasileiro voltará a pagar a dívida externa — além dos juros anuais — a partir de 1991 e ressaltou que parte dos 5,2 bilhões de dólares que os credores internacionais emprestarão ao País, este ano, estará vinculado à realização de reformas estruturais financiadas pelo Banco Mundial.

"O Brasil — destacou o ministro — pagará 5 por cento do total dos vencimentos de 1991, 10 por cento dos vencimentos de 1992, e 15 por cento dos vencimentos de 1993. Ele classificou esses pagamentos aos bancos de "um sinal para demonstrar que há boa vontade para retomada de pagamento da dívida nos vencimentos, e apenas nos vencimentos que ocorrerem em 1991, 1992 e 1993".

O pagamento efetivo do principal da dívida, cujo prazo será de 20 anos, com oito anos de carência, apenas será retomado, destacou o titular da Fazenda, em 1995, e será de apenas de 2 por cento do seu total, de 63,2 bilhões de dólares.

Revelando irritação com as informações publicadas na última semana dando conta de que o Brasil voltaria a pagar a dívida aos credores a partir de 1991, o ministro ressaltou que houve uma infeliz confusão praticada por jornalistas mal-informados que não souberam ler corretamente o protocolo de negociação — a term-sheet — que o presidente da Comissão da Dívida Externa do Senado, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) divulgou, na quarta-feira. Foi divulgado que o País começaria a pagar 15 por cento de sua dívida em 1993. Mailson considerou isso uma grande irresponsabilidade, divulgou os números corretamente, mas não desmentiu o fato de que o País volta a pa-

gar parte do principal a partir de 1991 em forma de sinal (down payments), "uma praxe — frisou — que se aplica a todos os contratos internacionais".

Não existe, portanto, insistiu Mailson da Nóbrega, contradição alguma entre os termos inseridos na term-sheet (protocolo de 170 páginas que fixa as regras de negociação da dívida com os credores internacionais não divulgada para a imprensa, que recebeu somente um resumo de oito páginas contendo os principais pontos do acordo) e o documento divulgado pelo Ministério da Fazenda, no dia 22 de junho último. Acrescentou, ainda, que não têm sentido as declarações feitas pelo senador Carlos Chiarelli de que conseguiu obter a term-sheet por vias policiais, já que a Fazenda lhe negou a fornecer uma cópia do documento, porque este foi distribuído para mais de 800 bancos, inclusive bancos brasileiros.

VINCULAÇÃO AO BIRD

Mailson confirmou, também, que parte dos 5,2 bilhões de dólares (que serão feitos de diversas formas) a serem desembolsados pelos bancos credores estará vinculada à realização de reformas estruturais da economia brasileira financiadas pelo Banco Mundial. O Brasil, disse, está negociando empréstimo no total de 2 bilhões de dólares com o Bird destinado à consecução dessas reformas (reforma bancária, reformulação da política de exportação e importação, reestruturação do setor agrícola, abrindo-o à exportação etc.), que são, insistiu, favoráveis para a economia brasileira.

A oposição, ironizou o titular da Fazenda, sempre defendeu maior vinculação do Banco Mundial nessas operações de negociação da dívida externa. Isso é uma praxe internacional, destacou. Todos os contratos internacionais que vêm sendo ce-

lebrados nos últimos anos entre o Bird e países credores como o México, Argentina, Chile, Venezuela e o Brasil prevêem isso, ou seja, maior envolvimento do Banco Mundial na negociação externa. Isso começou, disse o ministro, a partir da crise da dívida externa, em 1982, quando o México falou e o Bird procurou vincular os programas microeconômicos que financia aos países devedores ao cumprimento do pagamento da dívida aos credores.

Considerar tal vinculação fato negativo para a economia por entender que o Banco Mundial vai monitorar ou promover interferência nas economias devedoras representa, para o ministro, uma brutal confusão e uma grande ignorância. O Brasil não inovou em nada, ao aceitar que o desembolso de recursos dos credores esteja vinculado ao cumprimento dos programas que acertou com o Banco Mundial, pois isso não constitui nenhuma novidade no mercado financeiro internacional. Há precedentes em vários contratos e trata-se de uma forma de ajudar o País.

O que os bancos estão fazendo, acrescentou, é financiar programas de reformas estruturais com parte do dinheiro novo naqueles casos apoiados pelo Banco Mundial, e completou, amargo: "Fico triste, porque as críticas revelam nosso grau de subdesenvolvimento na análise de um assunto tão grave. O que se procurou nos últimos dias foi denegrir um acordo dos melhores já feitos por um país do Terceiro Mundo, reconhecido internacionalmente e por segmentos importantes da sociedade brasileira. No momento em que temos o apoio caloroso do Japão aos nossos propósitos é triste ver que existe parcela pequena dos que procuram tumultuar o esforço grande que se fez nos últimos nove meses para alcançar uma negociação da dívida externa".